



Militância católica e teologia da libertação: lideranças políticas e religiosas na região do Alto Paraná

Militancy catholic and liberation theology: politics leadership and religious in Alto Paraná region

Marcelo F. Bretan¹

Povo de Deus, em mil comunidades de Lucélia, de Lins e Andradina, de Três Lagoas e todas as cidades de Mato Grosso e América Latina. Povo de Pobres, bons, trabalhadores, Mulheres portadoras de boas novas, Índios, sem-terra, amigos lavradores, Cristãos e não, vencendo muitas provas. [...] estão gritando na rua “fora o homem do sistema” (Giancarlo Oliveri, 2006, p. 79).

Resumo

Este artigo estuda, através da História Oral de Vida e de procedimentos teóricos da sociologia da religião, as ações políticas dos padres casados e suas esposas do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), no contexto da ditadura militar entre 1970 a 1985, sob influência da Teologia da Libertação. Apresenta o funcionamento das comunidades eclesiais de base (CEBs), tendo o período de formação e término do Instituto IAJES (1969 a 1996) na região do Alto Paraná, nos municípios de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, organizando e constituindo militância religiosa e política na região e no Brasil no passado e que permanece, atualmente, por meio de ramificações como o Movimento de Padres Casados do Brasil (MPC).

Palavras-chave: Política; Teologia da Libertação; Militância católica; História Oral.

Abstract

This research studies by Oral History of Life, recordkeeping and theoretical procedures of sociology of religion, the political actions of married priests and their wives from the Administrative Institute of Jesus the Good Shepherd (IAJES) in the context of the military dictatorship between 1970 and 1985, under influence of the Liberation's Theology, and the operation of the base ecclesial communities (BECs), between its beginning and ending period (1969-1996) in the Alto Paraná region, in the cities of Andradina-SP and Três Lagoas-MS, organizing and constituting religious and politic militancy in the region and in Brazil in the past, and currently remains through branches as the Married Priests Movement of Brazil (MPC).

Keyword: Politics; Liberation theology; Militancy catholic; Oral History.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: o.marcelobretan@gmail.com



1. Introdução

Este artigo visa contribuir com os estudos sobre as ações de grupos católicos no período militar (1964 a 1985). Para tanto, apontamos no texto algumas das práticas cotidianas no IAJES, com o intuito de desmistificar as formas de resistência ao poder ditatorial instalado no país. Na cidade de Andradina-SP, e na região do Alto Paraná², haviam grupos que podem ser comparados a outros dos grandes centros urbanos, como São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ, que subvertiam o sistema autoritário de formas distintas, tendo como fundamento uma nova forma de ser Igreja, na qual o caráter progressista fazia com que os pobres e oprimidos lutassem contra as injustiças sociais. O IAJES, Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, instituição eclesial progressista nascida em Andradina-SP, no ano de 1970, tinha como principal atuação organizar e aglomerar os movimentos populares da região nos anos de 1990. Desse modo, alguns de seus participantes atuam e formam a militância política e religiosa na região do Alto Paraná.

Para contextualizar nosso trabalho apontaremos as formas de organização social nesse período, assim como aspectos da formação da esquerda no Brasil por via religiosa. Esses fatores amalgamados com as injustiças sociais determinaram uma significativa mudança no campo religioso em virtude da desordem e arbitrariedades no campo político e social. É nesse contexto que surge o IAJES, agrupando os leigos da Igreja para lutar por seus direitos básicos que estavam sendo violados, tendo como base a libertação do povo.

O estudo da gestação do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da influência da Teologia da Libertação na cidade de Andradina-SP e Três Lagoas-MS, bem como na região do Alto Paraná, organizando diversas lutas sociais nessa região no período militar, auxilia-nos para podermos pensar as experiências dos membros do IAJES, tendo em vista a Teologia da Libertação como forma propulsora de tais experiências sociais e formação de uma esquerda religiosa, na relação conflitante e de interdependência entre política e religião.

A Teologia da Libertação começou a ser gestada, na América Latina, a partir das interpretações do Concílio Vaticano II, de 1963, com preocupações religiosas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Seu ponto chave de desenvolvimento intelectual foi a conferência de Gustavo Gutierrez, em julho de 1968, em Chimbote, Peru, remetendo com isso a ruptura entre as práticas desenvolvimentistas e de libertação. A Teologia da Libertação teve forte influência na Igreja católica brasileira. Promoveu uma abertura da Igreja propiciando uma maior aproximação das culturas locais, baseando-se na experiência histórica do povo e ouvindo suas comunidades de base (OLIVEIRA, 2006).

Nossa análise foi realizada a partir dos procedimentos de pesquisa por meio da História Oral de Vida dos membros do movimento e de documentos escritos, que nos possibilitam reconstituir as formas de atuação desses grupos na região (MEIHY, 2007; THOMPSON, 1992).

2. O IAJES e o MPC

O Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), segundo Oliveira (2006), objetivou, em sua 1ª fase, dar assistência aos moradores em condição de rua do bairro Pereira Jordão, em Andradina-SP. A autora destaca essa etapa como estritamente local, sendo idealizada pelo padre José Vanin. A segunda fase, etapa municipal, estendeu seus trabalhos sociais em todos os bairros da cidade e se instalou na Igreja Nossa Senhora das Graças. Esta fase marca, ainda, a chegada de Giancarlo Oliveri,

² Esta região é composta por cidades como Andradina/SP, Castilho/SP, Ilha Solteira/SP, Mirandópolis/SP, Araçatuba/SP, Birigui/SP, Selvíria/MS, Três Lagoas/MS etc. Tais cidades foram pontos que o IAJES conseguiu agrupar por meio de seus trabalhos sociais de luta contra a desigualdade. Essa região do Oeste paulista que comporta parte das cidades que foram focos de atuação do IAJES é denominada região do Alto Paraná, dada a confluência dos rios Paraná, Tiete, Sucuriu e outros afluentes do entorno.



com ideais progressistas. Na terceira fase, o IAJES estendeu suas atividades ao longo da região do Alto Paraná, principalmente no campo político.

Desde o período da graduação até o término do mestrado, em 2017, realizamos por meio da História Oral de Vida, sete entrevistas. Entrevistamos Entrevistando as mulheres Belkiss Maria Maciel Kudlavicz, Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT), Maria dos Anjos e Mieceslau Kudlavicz. Elas fazem parte da história do Instituto e nos fornecem elementos para analisar a militância política e religiosa na região do Alto Paraná entre os anos de 1970 a 1996.

Por um lado, o IAJES com seus movimentos sociais questionaram politicamente a ditadura militar. Fundamentamos esses dados a partir da fonte. Segundo a entrevista com Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT):

Uma outra coisa que a gente fez em toda essa organização, em nível de Brasil, eram as comunidades que acolheram, também, todo o pessoal de esquerda, era aonde o pessoal da esquerda podia tá realizando seu trabalho. E em São Paulo não foi diferente. Na zona leste, onde tinha Dom Angélico, todo pessoal do PC do B trabalhavam lá. Então, eles que montaram os primeiros ambulatórios nos bairros de Andradina. Hoje tem uma boa estrutura de saúde em Andradina, mas porque todo nosso grupo fez, junto fizemos alguns projetos com verbas que vieram da Igreja da Alemanha. E com essa verba conseguimos montar em cada bairro de Andradina um pequeno ambulatório, treinando o próprio pessoal do povo, do bairro. Eram eles os agentes de saúde, eles que faziam as visitas nas casas das pessoas que não podiam vir até o posto de saúde (OLIVERI apud BRENTAN, 2010, p. 47).

Por outro lado, o IAJES questionou as bases da Igreja Católica quando os padres de sua paróquia se casaram, rompendo com o celibato clerical. Convém mencionar o casamento do padre Giancarlo Oliveri com Maria Isabel Prates Oliveri (Bel do PT), bem como do casamento de Maria Lúcia Espicaski Parren e de seu ex-marido o padre René Parren. A partir dessas relações afetivas, foram impulsionadas ainda mais as lutas sociais, mas também se ramificaram suas atuações no campo teológico com a participação na fundação do Movimento de Padres Casados do Brasil (MPC), como podemos observar por meio da fonte, que pontua a história compartilhada entre sujeitos do IAJES e do MPC:

Renê e Lúcia: Moram em Andradina/SP, casados há um ano e meio. Trabalham os dois, integralmente, com as comunidades urbanas e rurais. São remunerados para este trabalho. Antes do casamento dos dois, outros dois padres da cidade já haviam se casado e também continuam o trabalho pastoral.

Renê e Lúcia trabalham, atualmente, na pastoral rural, particularmente no conflito de terra da Fazenda Primavera com 300 famílias, tentando a organização de posseiros e a classe de lavradores na região toda. Participam da Comissão de Justiça e Paz.

Aceitação: A diocese, no geral, não faz obstáculos, discutiu o problema, assumiu os padres casados. O povo, também. Houve barreiras a partir de outras dioceses, de alguns padres, mas esta barreira é mais pela linha pastoral de cunho libertador assumida por estes padres casados (RUMOS apud BRENTAN, 2017, p. 50-51).

Entre decretos e excomunhões, os padres católicos nunca deixaram de se relacionar afetiva e sexualmente. Hoje, parte daqueles que deixaram o ministério e se casaram estão organizados em Associações como o Movimento de Padres Casados no Brasil (MPC) e o Movimento pelo Celibato Opcional da Espanha (MOCEOP), dentre outros. Ao analisar as práticas deste movimento e suas experiências, o artigo fornece elementos de análise da formação de militância política e religiosa no Brasil.

3. A esquerda no Brasil

Se pensarmos nos movimentos de esquerda no Brasil temos que entender o ciclo de rupturas que ocorreu no início do século XX e que se estende até os dias atuais, mas que na ditadura militar, entre



1964 a 1985, ganha um papel fundamental e sai dos bastidores sociais, com ideias revolucionárias.

No século XX, durante o período entre guerras, repercutiu internacionalmente e profundamente no interior das sociedades as Revoluções Comunistas, como a da Rússia e Cuba. Assim, entende-se como os golpes, revoltas e revoluções ocorridas no Brasil, a partir da década de 1920, eram manifestações das crises do sistema colonial capitalista.

Porém, a esquerda no país, em meio esse ciclo de rupturas econômicas e políticas, não conseguiu implantar o socialismo e, diante dos modelos da classe dominante, precisou criar o modelo socialista progressistas de base marxista que, por ora, aliou-se com o projeto reformista. Consistia, portanto, em um dilema: encontrar condições práticas para as contradições teóricas.

Após 1945, o reformismo predomina como orientação política interna. Internacionalmente, cabe à luta contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio. Nesse sentido, as reformas de base se tornaram a luta mais eficaz para ferir alguns setores da burguesia, os imperialistas e os latifundiários. Dessa forma, a frente única (esquerda e burguesia), adota o modelo de substituição de importação, encarando esta como necessária ao processo revolucionário do país, ou seja, ao progresso econômico, à democratização e às conquistas da classe operária. Isto consiste no segundo dilema apresentado por Octávio Ianni (1988), já que a esquerda brasileira não pôde transformar a política de massas em luta de classes. Na verdade, a esquerda não escapou das medidas estabelecidas pela classe dominante, pois de um lado estavam as lutas políticas, juntamente com as reformas institucionais lideradas pela burguesia industrial, apoiadas na classe média e, ao mesmo tempo, era necessário atender exigências de democratização e ascensão social, bem como as relações de trabalho. Trata-se de um momento de redefinição entre relações externas e sociedade tradicional, a favor da expansão urbano-industrial. Convém ressaltar, no entanto, que o Golpe de Estado de 1937 – o Estado Novo – vem para controlar essas tensões sociais crescentes na época.

O aparelho estatal modernizou-se em vários setores como, por exemplo, as Leis do Trabalho, sendo este um dos resultados estruturais das lutas reformistas, bem como o Estatuto do Trabalhador Rural que podemos dizer que fazem parte do universo populista e do pensamento getuliano. Assim, a esquerda não conseguiu transformar a política de massas em uma política de classes.

É válido dizer que grande parte dos movimentos de esquerda é de base marxista e a maioria deles saíram de divisões ou subdivisões do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em março de 1922. A partir de 1960, as condições se modificam, com o surgimento de novas organizações como, por exemplo, a Ação Libertadora Nacional (ALN) ou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Tais grupos diferenciam-se entre si por meio de questões chamadas programáticas – como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças propõem em sua estrutura –, as denominadas estratégicas – caminho geral a ser seguido para se chegar ao poder e conseguir aquelas transformações – e táticas – métodos de ação e propostas políticas (ARNS, 1985).

Mesmo tendo o socialismo e o poder nas mãos dos trabalhadores como pontos em comum, as organizações divergiam entre si sobre questões como se eram necessárias etapas intermediárias ou violência para a conquista do poder político. Assim, as organizações de base marxista-leninista defendem a ditadura do proletariado no processo revolucionário, quando estes lutam contra um sistema econômico-social que oprime ao trabalhador e emprega no cotidiano a violência institucionalizada da exploração do trabalho. Quanto às transformações (programas), existem aqueles que defendem uma etapa “democrático-burguesa” ou “nacional-democrática”. Coexistem, ainda, aqueles que transitam nas duas etapas. Em geral, os partidos persistiam em constante transformação, em organizações encostadas no aparelho do Estado, fazendo um intercâmbio típico do clientelismo.

Com o AI-2, o governo de Castelo Branco dissolveu os partidos políticos e impôs várias cassações, fechando o Congresso, e permitindo a constituição de apenas dois novos agrupamentos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A política autoritária abominava a fragmentação partidária anterior e tinha terror à mobilização popular. Neste contexto, o movimento estudantil teve presença fundamental na vida política. Os setores ditos



“autênticos” do sindicalismo e as chamadas oposições sindicais, passaram a atuar como movimento reivindicatório. São exemplos o movimento contra o “custo de vida” ou o movimento pela a “anistia” aos presos e perseguidos políticos. Desta forma, houve candidatos apoiados por setores do movimento estudantil, por lideranças sindicais, pelos movimentos feministas ou pelo movimento contra o alto custo de vida. Alguns desses candidatos eram eleitos por esses movimentos denominados de “movimento de base”. A relação entre os movimentos e a participação partidária foi muitas vezes conflituosa, pois muitos desses movimentos são recentes e não possuíam experiência de política partidária, vindo-a com desconfiança. Tal atitude foi frequente no caso da participação das comunidades eclesiais de base na política pois eles, muitas das vezes, votavam “nulo” (SINGER; BRANT, 1983).

O partido político é visto por alguns segmentos da sociedade, muitas vezes, como parte de ordem autoritária e como sendo pouco aberto para o povo. Nesse sentido, existe nesta atitude uma superestimação dos movimentos de base e uma subestimação da função política. Assim, o sindicalismo mais combativo e as oposições sindicais têm sido capazes de se mobilizarem para os fins específicos da luta salarial e para as eleições sindicais: o movimento do custo de vida foi capaz de mobilizar um abaixo-assinado de protesto; o movimento pela anistia. Portanto, há uma diferença entre movimentos que têm uma estrutura institucional (partidos políticos, sindicatos) e que podem ter maior durabilidade e os movimentos que se motivam para resultados específicos (pela anistia, contra o alto custo de vida etc.). Estes últimos tendem a perder força com o alcance do objetivo ou constatação de sua impossibilidade na prática. Quando persistem, é porque existe alguma organização política por trás e, talvez, estejam sendo usadas como frente arrebatadora de massas. Por isso, segundo Gramsci (2002), pode e deve existir uma “hegemonia política” mesmo antes de se assumir o poder governamental, para que se possa exercer a liderança política, dado que não se pode contar apenas com o poder ou com a força material que são dadas pelo governo.

Consideramos que outras forças imanam do campo religioso, por meio dos sujeitos do IAJES, no passado, e do MPC, na atualidade, enquanto liderança política, social e religiosa. A primeira fase da “hegemonia cultural” visa uma nação na sua debilitação dos elementos da cultura tradicional, tendo as igrejas transformadas em clubes, institutos e ou associações politicamente motivadas, tendo como foco a “justiça social” e o “igualitarismo”, modernizando os ensinamentos morais ou reduzindo-os à irrelevância. Assim, o conceito de bloco histórico nos possibilita pensar as situações na política e as relações de forças desses sujeitos. A força política se encontra relacionada ao desenvolvimento das classes e de sua consciência política, que ocorre por via religiosa em meio às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As três categorias das forças políticas são momentos no desenvolvimento da consciência. O primeiro nível é o “econômico-corporativo”, que diz respeito aos interesses específicos de um grupo ou uma solidariedade de grupo. O segundo nível é a “consciência de classe”, que se estende a toda uma classe social com objetivos econômicos. O terceiro nível é o “hegemônico”, que visa relacionar os interesses das classes dominantes com os interesses das classes dominadas formando outros interesses, ou seja, expressa uma ideologia. Neste sentido, vê-se que o movimento de padres casados no Brasil luta em direção à hegemonia na fresta da estrutura para o âmbito das superestruturas complexas, isto é, a passagem dos interesses específicos – da experiência do indivíduo, de um grupo ou classe – para a construção de instituições e elaboração de ideologias (GRAMSCI, 2002).

4. Teologia da libertação

A Teologia da Libertação teve forte influência na Igreja Católica brasileira. Enfatiza-se, então, que a transformação da Igreja Católica Brasileira resultou dos laços dialéticos entre agentes pastorais, movimentos de leigos e bispos, desenvolvendo importantes inovações pastorais que ajudaram a transformar parte significativa da Igreja.



A Igreja promoveu e estimulou a criação das CEBs, nas quais os padres e freiras comprometidos tanto com ideais comunitários desde a base quanto com uma participação leiga mais ampla, através de agentes pastorais, buscavam transformações sociais e teológicas. É um tanto difícil precisar o que são as CEBs, por não se referir à uma Igreja em sua totalidade. Em suma, são grupos de pessoas divididos por bairros ou microrregiões (Comunidades) discutindo os problemas da comunidade, inspirados na fé católica e na Bíblia (Eclesiais), com pessoas leigas (Base), inspiradas pela renovação pós-Concílio Vaticano II e na América Latina pela Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006).

Foi na reunião de Roma e na reunião de Medellín, em 1968, que fora promulgado que todos os bispos, de todas as partes do mundo, reafirmassem a necessidade da Igreja apoiar à justiça social e, no caso da América Latina, lutassem contra o aparelho repressivo que, segundo Mainwaring (2004, p. 133)

O documento era particularmente enfático quanto à necessidade de ver a salvação como um processo que tem seu início na terra, às conexões entre a Fé e a justiça, à necessidades de mudanças estruturais na América Latina, à importância de se estimular as comunidades de base, a atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas.

Dessa forma, Medellín forneceu um grande estímulo àquilo que viria ser a chamado de “Teologia da Libertação”, fundamentada em clássicos do peruano Gustavo Gutiérrez e do brasileiro Leonardo Boff, evidenciando que foi devido à situação repressiva de alguns países da América Latina que a Igreja se tornou mais progressista. Sendo assim, a função da Igreja seria buscar uma nova identidade institucional e novas condições econômicas, políticas e sociais que a explicam, deixando perceber o caráter dialético desse processo, ressalta Mainwaring (2004).

É nesse contexto de repressão, abertura da Igreja através das CEBs, desigualdade social e de luta pelos direitos humanos que o IAJES está inserido, lutando através de seus movimentos populares pelos pobres e oprimidos em busca de direitos humanos. Por outro lado, os padres deste Instituto romperam com o celibato clerical na Região do Alto Paraná, na cidade de Andradina-SP.

Segundo Gustavo Gutiérrez (1984), a Igreja, na América Latina, estava em crise – a Igreja propriamente dita – primeiramente porque muitos cristãos viviam desgarrados e isso os separavam da Igreja, num desajuste em relação ao mundo latino-americano. Em segundo lugar, por parte de todos aqueles que, alheios à Igreja no continente, pensam a Igreja como um freio na construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, a Igreja também começa a ser questionada por aqueles ligados à Ordem, que a veem com inquietude em relação aos esforços de alguns setores dinâmicos da Igreja. É exemplo desse processo o Movimento de Padres Casados (MPC) que, atualmente, desenvolve o papel de esquerda religiosa e política frente às bases do catolicismo, isto é, questiona a proibição do casamento a um padre católico e não a um retorno saudosista, mas sim libertador em sociedade.

Nessa crise vivida pela Igreja, em relação às Comunidades Eclesiais de Base, observamos que seria preciso reajustar a teologia, definindo com precisão o que é realmente “desenvolvimento” e “declínio” em matéria de Igreja. Durante o Concílio, em um período ainda dominado pela figura de João XXIII, Paulo VI declarava à Segunda Sessão Conciliar que era “(...) desejo, necessidade e dever da Igreja dar-se finalmente uma definição de si mesma” (GUTIÉRREZ, 1984, p. 42).

A chamada Teologia da Libertação pode ser pensada como uma variante do Evangelho a serviço da esquerda política e popular. Um programa de libertação política, econômica e religiosa. Esta última propiciou um relaxamento da autoridade eclesiástica. Com efeito, nos últimos anos, o campo da disciplina litúrgica no Brasil, era cada vez mais caótico. Pode-se imaginar o que era a disciplina sacramental à sombra desse e de outros prelados como, por exemplo, o casamento de padres ou para quem a confissão é exigida pela Igreja, esta poderia ser posta de lado, sem ao menos darem conta que talvez pudessem estar abandonando o evangelho (CAMPOS, 1981).

A consciência que a comunidade cristã adquire na Teologia da Libertação está condicionada, historicamente, pelo mundo do qual ela faz parte e pelo modo de compreensão. Trata-se de um



estado de coisas que não levava em conta as elementares exigências da dignidade do homem direitos primordiais, entre os quais a liberdade e a responsabilidade. Assim, ao conjunto formado pela miséria, injustiça, situação de alienação e exploração do homem pelo homem, Medellín denominou de “violência institucionalizada” (GUTIÉRREZ, 1984).

Segundo Leonardo Boff (2005), quando o secular emergia como valor teológico, o Vaticano II elaborou a teologia para as práticas da Igreja as legitimando por um lado e, por outro, criticando-as. A Igreja é apresentada como salvação universal. Tal concepção é de caráter teológico ao compromisso dos cristãos em luta pela construção de um mundo mais justo e fraterno. A Igreja nessa teologia, articulou-se com os estratos modernos da sociedade, como os homens da ciência, da técnica e do poder político na sociedade civil. A própria Igreja se modernizou, secularizou muitos de seus símbolos, simplificou a liturgia e teve seu discurso mais profético no sentido de denunciar os abusos do sistema capitalista e a marginalização do povo. O autor destaca, ainda, que a maioria dos países da América Latina assimilou o Concílio Vaticano II e fez a virada em termos de mentalidade teológica (teoria) e de presença no mundo (prática). A Igreja se libertou de certa carga tradicional que repelia os homens modernos, embora estas cargas ainda existam. A Igreja confia nos centros de poder decisório que procuravam se engajar em tarefas eclesiais e proporcionar um espírito novo, nascido no Concílio Vaticano II. É a partir daí que surgem os vários movimentos: os movimentos carismáticos, o movimento familiar cristão, dentre outros. A relação para com os pobres se definirá a partir da ótica dos ricos acerca dos pobres: os ricos terão que ajudar na causa do pobre.

A partir dos anos de 1960, quase todos os países da América Latina começaram a perceber tais mecanismos produtores do subdesenvolvimento ligados ao desenvolvimento do capitalismo no interior dos países, e não somente técnico ou político, em relação aos países atrasados tecnologicamente, porém abundantes em matérias-primas. Dessa forma, o subdesenvolvimento surge como desenvolvimento dependente e associado ao desenvolvimento das potências econômicas. Tal dependência significa opressão em termos culturais, políticos e econômicos, contexto no qual a libertação ganha sentido do alto-sustentado para atender as necessidades do povo (BOFF, 2005). O sujeito desta libertação seria o povo oprimido na elaboração da consciência de sua situação de oprimido, organizando e articulando práticas que apontem para uma sociedade alternativa e menos injustiçada e, assim, surgiu a gama de movimentos sociais de base para a libertação.

Tudo começa nos círculos bíblicos que vão, posteriormente, às Comunidades Eclesiais de Base. Inicialmente sua tarefa é aprofundar a fé, preparar a liturgia, os sacramentos e tratar dos problemas da vida, bem como da sua marginalização. Emerge ainda, a questão política, social e econômica. Esta utopia da libertação, como destaca Ilse Warren (1993), nasce e se desenvolve, enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um caminho para uma nova visão do papel da Igreja, da prática cristã e do pensamento teológico até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena europeia. A meta fundamental dessa teologia é a busca de mecanismos que possibilitem a libertação destas variadas formas de opressão.

A multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base possibilitou que a nova utopia de libertação penetrasse em áreas rurais empobrecidas e nas favelas urbanas. Não se sabe o número exato de Comunidades Eclesiais de Base na América Latina, mas o Brasil possui a maior parte dessas organizações. Convém ressaltar que a princípio a Teologia da Libertação se desenvolveu na América Latina e, posteriormente, as Comunidades Eclesiais de Base se difundiram para outras regiões do mundo, principalmente em países africanos e asiáticos, bem como entre comunidades de língua espanhola nos Estados Unidos.

Leonardo Boff (2005) aponta cinco pontos centrais para entender as Comunidades Eclesiais de Base. O primeiro é que o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base representa uma saída para a crise institucional da Igreja, dado que o leigo assume a importante tarefa de levar avante o Evangelho e manter viva a fé. Importante destacar que estes leigos são, geralmente, os pobres, os oprimidos e os



crentes. Eles constituam a base da sociedade (classes populares) e da Igreja (leigos). Esses sujeitos transitam pelas as CEBs, entre a evangelização e a conscientização política, econômica e social. Foi assim que se deu o processo em Andradina, a partir da década de 1970, com apoio do Instituto IAJES. Observamos ser a realização do ministério da Igreja universal nas bases, na concretização de homens, mulheres, jovens e crianças. Não existe, portanto, um conflito entre a cúpula da Igreja e as bases, ou entre a instituição eclesial e as Comunidades Eclesiais de Base. Convém ressaltar, no entanto, que este equilíbrio posteriormente se inverteu.

O segundo ponto, apontado por Boff (2005), diz respeito ao fato de que o evangelho é a “carteira de identidade” das Comunidades Eclesiais de Base: aí ele é ouvido e partilhado. E é à sua luz que os participantes refletem seus problemas hodiernos da vida, pois o Evangelho é sempre confrontado com a vida, com a situação do indivíduo em sociedade. No início a Palavra teológica aborda interesses dos problemas de grupo como, por exemplo, o desemprego ou a saúde. Com o passar do tempo, no processo histórico, o grupo se abre para a problemática social, com a rua ou bairro abordando os problemas de água, energia, esgoto, postos médicos, escolas, dentre outros problemas da sociedade.

Em um processo ainda mais avançado, o grupo se posiciona politicamente frente ao sistema social e questiona, então, o modo vigente de organização social e a ação em nível de consciência na participação dos instrumentos de luta do povo: em sindicatos, movimentos populares variados, partidos políticos etc. Podemos pensar em processo gradativo da consciência nas CEBs ao longo de seu trajeto já que, para a base, a fé constitui a porta de entrada para o problema social. Os fatores evidenciados acima se assemelham às ações do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, na cidade de Andradina/SP e Três Lagoas/MS, tanto no que diz respeito ao processo de conscientização político-social, quanto aos cursos de capacitações oferecidos aos grupos que faziam parte do IAJES.

O terceiro ponto tem relação com o fato de as CEBs constituírem uma maneira nova de ser Igreja e de concretizar o mistério da salvação vivido comunitariamente. A Igreja passa a ser “acontecimento”, ela emerge, nasce e se reinventa sempre que os homens se reúnem para ouvir a palavra de Deus. Por isso existem os coordenadores, muitas vezes mulheres, que são responsáveis pela ordem, pela presidência das celebrações e pelo aspecto sacramental da comunidade, onde os leigos redescobrem sua importância. Há Comunidades Eclesiais de Base que fundam outras Comunidades Eclesiais de Base e as acompanham em seu crescimento. Existem, ainda, aqueles que se sensibilizavam com os enfermos e iam visitá-los ou consolá-los, enquanto outros alfabetizam, conscientizam os demais sobre questões com os direitos humanos ou leis trabalhistas, preparam as crianças para os sacramentos, cuidam de problemas familiares, dentre outras coisas. Portanto, a Igreja, mais que organização, é uma instituição que se recria, e se renova, a partir de sua base. Tais fatores se aproximam das lutas dos militantes católicos do IAJES, principalmente na questão das visitadoras aos doentes, já que o IAJES implantou, na cidade de Andradina/SP, um posto de saúde em cada bairro, tendo sempre a preocupação com a saúde da população menos favorecida economicamente.

O quarto ponto está ligado ao fato de serem comunidades abertas ao mundo e à sociedade, já que o Evangelho as conduz a se orientarem para a atuação social. Leva-se para dentro das CEBs toda problemática que angustia o povo como, por exemplo, o desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, dentre outros serviços básicos. Para as Comunidades Eclesiais de Base existe um caráter desmistificador, já que exploração é exploração, tortura é tortura e ditadura é ditadura. Assim, as Comunidades Eclesiais de Base se apoiaram nos instrumentos de análise que outrora era de domínio dos acadêmicos e dos militares. As CEBs são comunidades atuantes socialmente e, em determinados lugares, são a única fonte de liberdade de expressão e mobilização social. Às vezes as CEBs dão origem a movimentos populares autônomos, como o Movimento contra a Carestia. E quando já existem movimentos populares atuantes, procuram se articular com eles, com intuito de fortalecer o movimento popular, bem como sindicatos ou partidos políticos. Por isto, também, que as Comunidades Eclesiais de Base são muitas vezes criticadas e reprimidas/perseguidas (contando com santos e mártires), mas isso não diminuiu sua atuação, muito menos a repressão. Com a repressão, ao contrário, as CEBs se



fortalecem, principalmente no que toca a sua conscientização. Houve perseguição aos membros do IAJES, mas até o momento da pesquisa, não encontramos nenhum documento referente à tortura ou violência desmedida aos contestadores do regime militar nas cidades de Andradina/SP e Três Lagoas/MS.

O quinto ponto se refere ao fato de que nas Comunidades Eclesiais de Base existe uma valorização da religiosidade popular: devoções aos santos do povo, procissões, romarias, dentre outras festas típicas. Não se trata da decadência do catolicismo oficial, mas da forma que o povo assimila a mensagem de Deus já que, segundo Boff (2005), o povo não se rege somente pela ótica do conceito e da razão analítica, mas principalmente pela lógica do inconsciente e do simbólico, pela expressão da fé. Tudo isso levou a Igreja a repensar sua tradicional prática pastoral em relação às manifestações religiosas do povo. Nas orações comunitárias, lembravam-se de todos os problemas, das opressões, dos opressores, das dificuldades encontradas na luta, mas, também, lembravam-se das conquistas ou dos resultados alcançados e dos projetos que estavam em processo. Posteriormente a muita luta, quando conquistam um centro de saúde ou uma escola para determinado bairro ou comunidade, por exemplo, a comunidade celebra de modo festivo suas conquistas em reuniões, mas também cria ritos e organiza grandes celebrações utilizando a Bíblia. É aí que a fé ganha expressão, pois é um povo em marcha para sua libertação, sendo estas celebrações formas de resistência às ditaduras na América Latina.

5. Política e religião

Para engendrar os conhecimentos referentes ao processo histórico da ditadura militar, temos que nos ater, inevitavelmente, às relações entre as práticas políticas e religiosas. Para tanto devemos, primeiramente, entender que o campo religioso e o campo político são distintos. É tal distinção que possibilita a relação e a influência do primeiro sobre o segundo e, posteriormente, do campo político sobre o religioso. O campo religioso e o campo político são distintos, mas ao mesmo tempo são justapostos e atuam nas relações humanas em sociedade, independentes e intimamente ligadas às práticas culturais e econômicas que estão em constante transformação tanto na esfera social, quanto política e/ou religioso.

Assim, no século XX, a Igreja passa por um processo de segregação e lenta evolução, pois conserva o objetivo de manter a Igreja e o Estado (in) separados. Nesse sentido, pressiona seus cristãos e os influencia no exercício do poder do voto. A partir daí, inicia-se o processo de pluralidade religiosa e política, dado que a política passa a atuar dentro da Igreja ao mesmo tempo que sai da Igreja para atuar nos partidos políticos, sindicalizando-se, fazendo coligações e alianças com ideais anticomunistas e de reunificação do Estado e da Fé. Observamos que na sociedade atual tais questões se intensificam tendo em vista, por um lado, a presença de candidatos religiosos nas penúltimas eleições brasileiras como, por exemplo, Marcelo Bezerra Crivella: político, cantor gospel, engenheiro, escritor e religioso brasileiro. Exerce mandato de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Foi senador da República pelo Partido Republicano Brasileiro (PRP), representando o estado do Rio de Janeiro. Com seu aparato midiático da oferta política e religiosa possui ainda, o cargo de bispo licenciado junto à denominação neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Por outro lado, no passado e na atualidade, sujeitos que lutam e fazem política em meio às Comunidades Eclesiais de Base contra a marginalização do indivíduo em sociedade, colocam-se à esquerda na política e nas bases religiosas também se fazem atuantes, seja outrora por meio do IAJES ou na atualidade no MPC.

Segundo René Rémond (2003), no estudo sobre os componentes religiosos do voto e os diferentes tipos de atitudes políticas, segundo os modos de ligação com a Igreja Católica e com o protestantismo, há ligações íntimas entre religião e política, desde a década de 1920. Tal observação só foi possível em virtude da convergência de vários movimentos e o mérito pertence, em primeiro lugar,



à História da Religião porque ela não é mais estritamente eclesiástica ou apologética, mas se estende a todos os domínios da vida religiosa e de suas expressões culturais e sociais. A História da Religião “(...) apreende a permanência e a mudança da Igreja numa sociedade em transformação” (RÉMOND, 2003, p. 331), pois “cristão qualquer” se tornou tão importante e digno de interesse quanto os bispos ou as ordens religiosas. Todo cristão é revivificado nas condições concretas de sua existência, que escreve a Igreja em estado de missão, marcando a sociedade como instituição inovadora.

Num segundo momento, é a Sociologia da Religião que, a partir dos anos de 1930, implica uma vontade de realismo ao olhar voltado às realidades religiosas como, por exemplo, as sociedades de crentes em sua globalidade. A disciplina introduz a dimensão quantitativa pela contagem sistemática dos praticantes, fornecendo material tanto para a Sociologia e Geografia eleitoral, quanto para a História da sociedade. O cristianismo interessa à História Política, primeiramente, por que diz respeito ao íntimo do ser por um lado e, por outro, ao coletivo. A religião e política não são da mesma natureza e é exatamente por serem distintas que podemos nos interrogar sobre a natureza da relação entre elas, que é marcada pela interdependência. Da natureza e da amplitude da relação entre religião e política decorrerá o interesse que lhes devotará a História do Político.

Em meio ao contexto político-social no qual o Brasil se encontrava, ocorriam formas distintas de resistência e repressão que foram se agrupando ao longo dos vinte anos de regime militar. Como pontuado anteriormente, e de acordo com o Cardeal Arns (1985), seis setores sociais foram visivelmente atingidos pela ditadura: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Optamos por estudar os militantes católicos do IAJES na ditadura militar, analisando as formas repressivas no governo militar em relação às Pastorais Sociais e à Igreja na região do Alto Paraná, bem como compreender os fatores determinantes da relação entre Igreja e Política. Isto nos possibilitou identificar a formação de lideranças religiosas e políticas na região componentes da esquerda política na sociedade atual, ou seja, originárias dos movimentos populares e de comunidades de base religiosa como as CEBs.

A ala progressista de Igreja, que surge na década de 1960, afinada com a Teologia da Libertação e se posicionando a favor dos pobres e oprimidos era a linha de embate em contraposição ao Estado e a ala conservadora da Igreja. Desta ala progressista daí surgiram grupos como o IAJES, o MPC e outros que se organizaram em um novo aparato político-religioso. Consideramos estes grupos como uma vanguarda modernizadora que impeliu a militância religiosa de libertação contra o Estado e parte da Igreja utilizando a organização de base contra as mazelas sociais, pensando o individual por meio do coletivo, do evangelho e da práxis pastoral, fornecendo o capital político aos seguimentos populares. Análogo a essas comunidades, deu-se a formação de lideranças políticas e religiosas nacionais e regionais sendo que, neste trabalho, o enfoque está sobre a região Noroeste do Estado de São Paulo, onde esses sujeitos militam politicamente. A militância católica é mantida em segundo plano, ou quase inexistente, respondendo, assim, a proposta deste artigo.

Segundo Pierre Bourdieu (1989), há uma relação oposta entre poder religioso e poder político, mas que é ao mesmo tempo próxima e conflituosa. No contexto de uma Igreja libertadora, embasada na Teologia da Libertação – que é o caráter do Instituto IAJES –, é possível verificar as disputas dentro do campo religioso com as estruturas dominantes dentro e fora da Igreja. Pode-se observar tal processo em relação ao casamento dos padres na cidade de Andradina/SP, dado que eles romperam com o celibato clerical, corroborando com a libertação das CEBs. Portanto, a mesma Igreja que luta por um “ser” pleno na sociedade, sem injustiças sociais, a favor da igualdade, pregando o amor e a paz entre os sujeitos, contesta as relações conjugais dos membros do seu clero, inquietando as comunidades de base.

As relações dentro do campo religioso estabelecidas pela Igreja são reflexos das frações dominantes das estruturas das relações de classe que contribuem para manter a ordem política, por meio da reprodução da ordem religiosa. Porém, tal relação não elimina os conflitos entre poder político e religioso, assim como há conflitos dentro do campo religioso e do campo político (BOURDIEU,



1989). Esses aspectos são importantes para entender a ditadura militar e o IAJES – dado às devidas proporções –, pois o movimento contra a opressão, tendo em vista sua heterogeneidade, defendia tais propostas e projetos em determinados lugares, tendo, portanto, estes conflitos e relações no campo político e no campo religioso, na cidade de Andradina a partir da década de 1970, até meados de 1996. Tendo em vista que após o declínio do instituto, continuam atuando como lideranças políticas e religiosas na atualidade. Como estruturas sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às Ciências do Sagrado e aos fins últimos do homem. Em toda sua História, a Igreja pregou a moral individual e coletiva a ser aplicada em determinados lugares, julgamentos, advertências, assim como o Estado faz hoje ou ao menos deveria fazer. A religião vivida no interior das Igrejas cristãs se inscreve em manifestações coletivas que marcam, às vezes, os grandes ritos de passagem, portadores de conteúdo cultural e agentes de socialização. As intervenções das autoridades religiosas têm uma influência política e não podem ser ignoradas pelo Estado. Trata-se de uma população numericamente alta e importante, mas heterogênea pela idade, pelas características socioeconômicas e geográficas e pelas experiências humanas. A vida nas Igrejas exprime um regime leigo e de uma sociedade secularizada e des cristianizada no século XX (RÉMOND, 2003).

Não é meramente acaso que o engajamento político cause repugnância a muitos católicos, tendo em vista que sob a luz do ensinamento da unidade em Cristo, eles adquiririam a certeza de que a Paz entre os homens, a reconciliação e a união eram valores supremos, diante dos quais o combate político que implica confrontos e lutas aparece como um mal, um lugar onde se “sujam as mãos”. Os cristãos adquirem sistemas de valores – católicos e políticos – que subtendem suas atitudes políticas. Tais sistemas políticos e religiosos não dão conta da pluralidade religiosa em termos de católicos apolíticos ou militantes engajados. Mais que qualquer outro período, talvez o século XX viva a coexistência, muitas vezes conflituosa, entre as forças de conservação e as forças de mudança. O século XX marca, também, o deslocamento do centro de gravidade da Igreja Católica que, naquela época como ainda hoje, quer a consciência do homem moderno. Portanto, as forças religiosas intervêm com mais frequência de forma coletiva, mas as adesões partidárias se ligam à decisão individual.

No século XX, a Igreja foi fruto de segregação e de lenta evolução, pois conservava a separação da Igreja e do Estado, pressionando os cristãos. O desenvolvimento deste processo se deu por meio de iniciativas condenadas por Roma – a Democracia cristã – e foi favorecido pela Primeira Guerra Mundial e pela política de Pio XI, já que a frente popular não era anticlerical. Na Segunda Guerra Mundial há uma “desconexão” entre o religioso e o político, no nível episcopal. Com o movimento dos leigos, há movimentos com formação total e com representatividade no governo, mas se mantêm as formas tradicionais. Assim, o pluralismo político dos cristãos afeta, também, os militantes, pois alguns se sindicalizam ou se filiam a partidos políticos. Assistimos uma espécie de secularização dos valores religiosos e uma inversão das perspectivas entre os militantes. Em síntese, há uma secularização da Igreja e uma secularização da política devido à pluralidade de ambos no século XX. Trata-se da ruptura entre Igreja e Estado. Tomemos a atenção para a percepção da análise: os ideais e as relações ainda estão abertas.

Consideramos que o IAJES, no passado, e o MPC, na atualidade, formam grupos militantes católicos de esquerda ao observar que seriam, respectivamente, os dois grupos de intelectuais identificados por Gramsci (2001) – os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais³.

³ Nas palavras de Gramsci (2001, p. 15-16): “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”.



6. Considerações parciais

A partir de bibliografia específica, observamos os que subvertiam a imposição da falta de liberdade política, a desigualdade econômica e social, faziam-se presentes em inúmeros espaços e, por meio dos movimentos sociais, questionavam a sociedade autoritária, bem como sua vida em sociedade, seu papel, seus direitos e deveres, os deveres dos políticos que prometiam e nada faziam para melhorar a falta de emprego, a precariedade da saúde e/ou o sucateamento e descaso com a educação e inúmeras outras questões que permanecem na sociedade. Consta, ainda, a amplitude desse processo histórico e social. Por isso, abordamos o Instituto IAJES, no contexto do regime militar e imerso nos movimentos sociais que despontavam na região de Andradina/SP, naquele período. No seu interior, apresentamos sua formação de base teológica de libertação, seus movimentos sociais e a luta contra os militares no poder. Por outro lado, destacamos o questionamento, por parte de seus agentes, na política atual e sua posição de esquerda Católica, tanto em relação ao IAJES quanto ao MPC.

O estudo da gestão do IAJES por meio das CEBs e da influência da Teologia da Libertação na cidade de Andradina/SP e Três Lagoas/MS, auxiliaram o entendimento sobre a militância na região do Alto Paraná, sobre o modo como se organizaram diversas lutas sociais nesta região durante o período militar e frente ao conservadorismo de alas da Igreja. É a passagem da segunda para a terceira fase do Instituto que destaco neste artigo.

Entre os anos de 1975 e 1976, na etapa municipal do IAJES, e meados de 1985, na etapa regional, que acontece a ruptura do celibato dos padres Giancarlo Oliverí, José Vanin e René Parrens. Estes padres não estavam somente preocupados com as condições de classe e religiosa da região, mas, também, com sua condição social enquanto padres dominados pela tradição católica. Considero que a partir desta reflexividade, outro grupo militante político e religioso foi começando a se articular formando, assim, o Movimento de Padres Casados do Brasil (MPC).

7. Referências bibliográficas

ARNS, P. Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 23^o ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRENTAN, Marcelo F. **O IAJES e a militância católica sob a ditadura militar (1970-1985), na região do alto Paraná**. 2010. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, 2010.

_____. **Do outro lado do altar: padres casados e militância católica**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CAMPOS, José Narino. **Brasil: uma Igreja diferente**. São Paulo: T. A Queiroz, Editor, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2002.



GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Trad. Álvaro Cunha. 2 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1984.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEIHY, J. C. S. Bom; HOLANDA, F. **História Oral: Como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina nos anos de 1990**. 2006. 208f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2006.

OLIVERI, Giancarlo. Escritos de Giancarlo Oliveri. In: PEREIRA Junior, Henrique (Org.). **Giancarlo Oliveri: um homem chamado João**. Andradina-SP: Novas Formas Editorial, 2006.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda, 1983.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Data de submissão do artigo: 20/10/2016

Data da decisão editorial: 10/03/2020